

## **Memória da Reunião das Sociedades Científicas durante o IV Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos**

**Data:** 10 de novembro de 2016

**Local:** Centro de Convenções Expo-Unimed, Curitiba, PR. A reunião ocorreu durante o IV Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos

**Período:** 8:30 às 17:00 horas

### **Participantes:**

- **Sociedade Botânica do Brasil** – Ana Odete Santos Vieira/ UEL; João Renato Stehmann/ UFMG
- **Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular** – Fábio de Oliveira Pedrosa/UFPR
- **Sociedade Brasileira de Fitopatologia** – Luiz Gonzaga Chitarra/ Embrapa Algodão
- **Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas** – Maria Celeste G. Vidigal/ UEM
- **Sociedade Brasileira de Micologia** – Manuela da Silva/ FIOCRUZ; Vânia A. Vicente/ UFPR
- **Sociedade Brasileira de Microbiologia** – André Rodrigues/ UNESP; Lara Durães Sette/ UNESP; Jerri Zilli/ Embrapa Agrobiologia; Manuela da Silva/FIOCRUZ
- **Sociedade Brasileira de Recursos Genéticos** – Izulmé Santos/ Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
- **Sociedade Brasileira de Zoologia** – Luciane Marinoni/ UFPR
- **Sociedade Entomológica do Brasil** – Carmen S. S. Pires/ Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Inicialmente, o objetivo da reunião era discutir e propor ajustes e alterações no Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que regulamenta a “Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade”. No entanto, no dia 03 de novembro a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou a todas as sociedades científicas uma solicitação de contribuições que deveriam ser enviadas até o dia 11 de novembro, referente à **Nota Técnica de Avaliação da Regulamentação da Lei de Acesso à Biodiversidade e de Acesso aos Conhecimentos Tradicionais (NT)**, elaborada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e encaminhada oficialmente ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Dessa forma, devido a tal demanda, o objetivo da reunião foi alterado para discutir e avaliar o conteúdo da Nota Técnica. Após uma apresentação geral sobre a Lei 13.123/2015 e o

Decreto nº 8.772/16, realizada pela Dra. Manuela da Silva da FIOCRUZ, o decreto e a Nota Técnica do MCTIC foram discutidos.

As recomendações à nota técnica, item a item, foram enviadas à SBPC no prazo solicitado para que fossem repassadas ao MCTIC e por consequência ao Ministério do Meio Ambiente. Abaixo apresentamos a memória com os principais pontos discutidos, recomendações e indicações acordadas entre as sociedades participantes da reunião.

**1. Sobre a Nota Técnica do MCTIC.** Em resposta à mensagem enviada no dia 03 de novembro pela SBPC, as Sociedades Científicas, acima relacionadas, em reunião durante o IV Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos (CBRG) ocorrido em Curitiba no dia 10 de novembro discutiram, um a um, os itens 1 a 79 da referida Nota Técnica do MCTIC (NT). Após a leitura e discussão de cada item foram listados e comentados aqueles considerados de maior relevância. Pelo curto espaço de tempo disponibilizado às sociedades para revisão da Nota Técnica, os anexos da NT não puderam ser analisados.

Como conclusão desse trabalho foi elaborado e enviado um documento à SBPC no dia 11 de novembro, um dia após a reunião em Curitiba contendo um resumo das discussões. Para facilitar a compreensão, mantivemos a mesma numeração do documento original e os comentários foram inseridos logo após cada item. Concentramos as discussões nos pontos que nos pareceram mais críticos. Quando houve concordância das sociedades com a proposta apresentada na NT, explicitamos essa conformidade com a expressão "De acordo" logo abaixo do item. Ver o documento enviado a SBPC nos Anexos.

**2. Representação da academia no CGEN.** A representação da academia no CGEN é proporcionalmente pequena em relação aos outros setores por estar concentrada apenas em três entidades: SBPC, ABC e Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Além disso, deve-se considerar que a terceira entidade, a ABA não representa a academia em geral, por ser de uma área muito específica relacionada aos detentores dos conhecimentos tradicionais, que por sua vez, já têm três representantes no referido conselho. Portanto, na prática, está havendo uma supervalorização desse setor e uma desvalorização das sociedades que detém o estudo e o conhecimento da biodiversidade e que deveriam, opostamente ao que se observa, ser a maioria nas discussões relativas ao patrimônio genético brasileiro. Na nossa avaliação não existe um mecanismo ágil e eficiente de interlocução da SBPC e ABC com as Sociedades Científicas relacionadas com as áreas associadas ao tema biodiversidade e que representam a grande maioria da comunidade científica e acadêmica afetada pela legislação. Assim, acreditamos que a participação efetiva das duas Sociedades Científicas nas diferentes discussões tratadas no CGEN fica inviabilizada. Dificilmente as duas organizações (SBPC e ABC) conseguirão participar plenamente de todas as discussões, devido à amplitude e especificidade das atividades científicas relacionadas ao uso da biodiversidade brasileira.

Uma das soluções sugeridas seria que os representantes da SBPC no CGEN fossem eleitos pelas próprias Sociedades Científicas que representam a comunidade afetada pela legislação.

**3. Agendamento de uma reunião emergencial com a presidência da SBPC, ABC e as Sociedades Científicas** para discutir ações que criem mecanismos ágeis e eficientes de interlocução da SBPC e ABC com as Sociedades Científicas que representam a comunidade afetada pela legislação. Entendemos que assim as decisões serão tomadas pelo coletivo e não somente pela direção das entidades.

**4. Reuniões periódicas com a SBPC.** Desde maio de 2016 a Sociedade Brasileira de Zoologia, Sociedade Brasileira de Microbiologia e Sociedade Botânica do Brasil vêm solicitando, sem sucesso, uma reunião com a SBPC para tratar de assuntos relacionados a esta legislação. Assim, até que a nova legislação esteja completamente esclarecida e em uso, solicitamos que a SBPC, promova reuniões periódicas com as Sociedades Científicas.

**5. Questões a serem encaminhadas ao CGEN. Conceitos que balizam a lei.** Na nossa avaliação conceitos como o de "patrimônio genético" e por consequência de "acesso ao patrimônio genético", precisam ser esclarecidos pelo CGEN, pois a compreensão e aplicação da legislação dependem dessas definições. Sem a definição clara desses conceitos o principal problema é a insegurança jurídica resultante. Por exemplo, da forma como o conceito de **Patrimônio Genético** está na lei, pode causar interpretação dúbia. Para as finalidades da Lei 13.123, o conceito de Patrimônio Genético é: *informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos*. Nesse conceito, INFORMAÇÃO DE ORIGEM GENÉTICA inclui o fenótipo, consequentemente, TODAS as pesquisas que envolvem ecologia, biologia, morfologia, taxonomia, comportamento, estão incluídas no escopo da lei.

Se o que se quer regulamentar são as atividades em que haja acesso a moléculas (com potencial para geração de recursos financeiros e, consequentemente, repartição de benefícios), o conceito deveria ser alterado para: *“informações genéticas apresentadas em forma de moléculas, substâncias metabólicas e extratos retirados de organismos com ou sem vida que possuem amostras de materiais de espécies vegetais, animais, microbianos ou espécies de outra natureza que foram coletados em território nacional”*. Na MP 2186-16 o conceito era definido como patrimônio genético: *informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições in situ, inclusive domesticados, ou mantidos em coleções ex situ, desde que coletados em condições in situ no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva*.

Outras questões e propostas que deverão ser levadas ao CGEN:

- a) Como o CGEN pretende fiscalizar as instituições estrangeiras que acessarem o patrimônio genético brasileiro já depositado no exterior? Por exemplo, material biológico depositado em coleções biológicas estrangeiras e sequências genéticas depositadas em bancos públicos, como o GenBank?
- b) Qual a segurança que os pesquisadores terão em remeter amostras para o exterior contando apenas com o comprovante emitido automaticamente pelo SisGen (sem a verificação), se porventura, após a verificação forem constatados erros no cadastro?
- c) Sugestão para o formulário de cadastro de remessa (SisGen): manter os campos referentes às informações de depósito de sub-amostras (esse depósito é voluntário) em coleções biológicas brasileiras. Esses campos também serão úteis para alertar o pesquisador da importância do depósito de sub-amostras, para garantirmos a rastreabilidade e soberania sobre o nosso patrimônio genético.